

PALESTRA COM O TEMA "ABERTURA POLÍTICA", PARA INÍCIO DO CURSO
DE INFORMAÇÃO POLÍTICA, PROMOVIDO PELO INSTITUTO JK

31.08.81

Escolhi para esta palestra o tema "Abertura Política" que está sendo executada atualmente no Brasil, porque é uma das mais importantes etapas na evolução política dos últimos 16 anos, período esse, marcante na nossa história.

Na primeira metade dos anos 60, nosso país sofreu graves problemas econômicos e políticos, que levaram a uma paralização da ação do governo, levando a uma total inviabilidade no regime político de então, caracterizado por uma linha populista nacionalista. As desordens no campo administrativo levaram o exército brasileiro a assumir o poder em 1964. Iniciando-se então um novo ciclo no processo brasileiro e cujo objetivo maior seria dotar o país de um capitalismo maduro: uma estrutura econômica moderna, de grandes unidades, internacionalizada e viabilizada pela associação de empresas nacionais privadas e públicas com corporações estrangeiras.

Na primeira etapa, de maior ortodoxia econômica, o novo regime buscou recuperar a capacidade decisória do sistema político, modernizando a administração pública, atualizando a legislação, controlando a inflação e criando mecanismos de formação compulsória de poupança, a fim de capitalizar a iniciativa privada e reconstruir o investimento público. Na segunda etapa, favorecida pelo vigor de uma política econômica e por uma conjuntura internacional sem problemas, o que se buscou foram o crescimento acelerado e a implantação de projetos de "grandeza nacional".

Nesse período, passou-se a imaginar que o desenvolvimento político somente poderia ser obtido pelo desenvolvimento econômico. E foi esse o motivo pelo qual o novo regime não se baseou numa aliança suficientemente ampla de forças sociais, capaz de legitimá-lo pela aceitação popular.

O crescimento acelerado baseado na "tecnocratização" da política conduziu a um Estado que, simultaneamente, passou a desempenhar os papéis de planejador, regulamentador, inversor e produtor, mediante suas ações nos campos monetário e fiscal, sua interferência no sistema de preços ou mesmo no financiamento e produção de bens.

É certo "que as autoridades procuraram justificar essa situação como um imperativo do processo de modernização tanto da sociedade quanto do Estado. Mas subestimaram os riscos inerentes à estratégia de legitimar o exercício autoritário do poder pela eficácia da política econômica. Em outras palavras: não imaginaram que, quando o processo de legitimação foi condicionado exclusivamente ao bom desempenho governamental, qualquer declínio na eficiência acabaria provocando forte impacto político".

O Presidente Geisel teve a sensibilidade necessária para perceber que o regime teria de passar por uma série de mudanças. Em termos políticos, ele suspendeu a censura e garantiu em 1974, uma eleição livre, que permitiu uma descompressão relativamente grande, atuando como canal de manifestação do dissenso.

No momento em que a conjuntura internacional tornou-se sombria, com a crise do petróleo e a crise do dólar influenciando decisivamente sobre a recessão e inflação mundiais, apareceram os

pontos de estrangulamento do modelo econômico e do sistema político vigentes em meu país. Em termos quantitativos, o Brasil crescera, é verdade. Mas em termos qualitativos, tal progresso apresentara um pesado ônus. Um custo social, em termos de um perfil inequalitário de distribuição de renda. Um custo político, em termos da inexistência de mecanismos que canalizassem as insatisfações e as exigências por igualdade. Um custo cultural, em termos de censura e falta de estímulo à criatividade.

Ora, como o regime condicionara sua legitimidade a sua própria eficiência, a crise econômica imediatamente se converteu numa profunda crise política. Cada dificuldade conjuntural transformou-se numa crise de validade de toda a filosofia governamental pós-64. E o amplo descontentamento popular, aliado à identificação de alguns sérios equívocos na formulação de uma política sócio-econômica de inspiração tecnocrática, como a construção de obras faraônicas e a ênfase à produção de bens duráveis de consumo, foi ampliando cada vez mais o hiato entre o Estado e a Sociedade.

E os resultados, embora altamente desfavoráveis aos candidatos do governo, revelaram algumas lições. Duas delas, por exemplo, foram estas: a. o contrato social do regime pós-64 estava sendo minado pela sua disposição de condicionar o desenvolvimento político à performance econômica; b. a inexistência de uma atividade política regular e a existência de um sistema bipartidário pouco representativo transformara cada eleição legislativa numa espécie de plebiscito.

Bastou um mínimo de liberdade para que a comunidade manifestasse seu profundo desagrado pela ordem das coisas. E o eleitorado não se preocupou em escolher os seus candidatos ou em

exigir compromissos ideológicos, mas passou a votar sistematicamente contra o governo. E, conseqüentemente, o debate em torno da legitimidade do sistema político tornou-se contundente. E ele foi travado especificamente no âmbito dos sindicatos, das entidades empresariais e nos meios religiosos, uma vez que os dois partidos não tinham a menor expressão.

Por isso mesmo, as alterações efetuadas não se deram sem traumas. Se, de um lado, as reações conservadoras logo se fizeram sentir, de outro as lideranças sociais emergentes tiveram de pagar o preço do amadurecimento, desgastando-se em algumas atitudes inabilmente radicais. A sociedade exigia ainda mais liberdade. O governo, maior responsabilidade de cada cidadão. O confronto, portanto, tornou-se inevitável.

A verdade é que a distensão abriu um importante espaço para a articulação de alguns setores, o que fez com que o real debate político não se situasse no âmbito dos arranjos institucionais promovidos pelas autoridades. E o resultado foi o aparecimento de canais subterrâneos que associaram novas constelações de interesses, para os quais a estrutura bipartidária rígida funcionou apenas como uma fachada de agregação de grupos de pressão.

Antes de encerrar o seu mandato, o Presidente Geisel extinguiu os poderes excepcionais, que eram outorgados ao Presidente da República pelo Ato Institucional nº 5. Em seguida, assumiu a Presidência da República o General Figueiredo, com o solene compromisso perante todo País, de completar a sua redemocratização.

Dentro desse programa, o novo Presidente enviou ao Congresso, Lei anistiando praticamente todos os presos ou exilados políticos, mesmo os envolvidos em atos de terrorismo, permitindo, assim, a sua reintegração na vida política do país.

O passo seguinte, foi a extinção do bi-partidarismo e a aprovação da Reforma Partidária.

Esse foi o caminho que as autoridades encontraram para desligar o desenvolvimento político da performance econômica. E ela resultou, basicamente, da capacidade decrescente do regime de canalizar apoio popular. E, na medida em que a sociedade não se deixou cooptar, a distensão tornou-se um processo irreversível. Nos dias de hoje, assistimos a um profundo, saudável e conseqüente debate político que visa, justamente, encontrar um grau ótimo de democratização entre o que é oferecido pelo Estado e o que é exigido pela Sociedade.

É muito difícil, ao concluir, arriscar conclusões definitivas, especialmente se levarmos em conta as graves dificuldades econômicas internas e uma conjuntura internacional sombria. A meu ver, o futuro brasileiro depende desse grau ótimo a que me referi. As saídas radicais, que provocam mais transtornos do que vantagens, já se encontram descartadas. Os partidos talvez não sejam tudo numa democracia. Mas, certamente, são o mais importante ponto de partida para um regime justo, livre e aberto.

Todos temos consciência disso. Sabemos que o exercício de uma democracia exige o fortalecimento das instituições e não somente sua regulamentação formal. E temos consciência de que as instituições estáveis são geradas somente pela competição aberta, do mesmo modo como temos certeza de que a estabilidade democrática

está associada a formas mais densas de participação política. Somente o dissenso institucionalizado permite um consenso legítimo. E a comunhão de idéias daí resultante representará a participação consciente e a politização aberta dos brasileiros na direção de seu destino.

Unificar a reivindicação de liberdade, no plano político, com a reivindicação de igualdade, no plano social, pode não ser tarefa fácil de ser executada. Mas, seguramente, não é uma tarefa impossível. Mesmo porque a tentativa de encontrar uma fórmula política que unifique o liberalismo com a democracia não é um problema peculiar ao Brasil, mas a todo o mundo ocidental nesta era de confrontação tecnológica e de escassez energética.

Meus Senhores,

Ao encerrar esta ligeira síntese da situação política do Brasil, coloco-me à disposição para o debate, consciente de que o país caminha para a emancipação da vontade coletiva.

Muito obrigado.